



Discurso & Sociedad

Copyright © 2019
ISSN 1887-4606
Vol. 13(3) 411-431
www.dissoc.org

Artículo

Eleições 2018 - o discurso cínico como estratégia de construção de um mito na política

*Elections 2018 - cynical discourse as strategy to
build a myth in politics.*

Luciana Carmona Garcia Manzano
Docente coordenadora / Universidade de Franca

Lígia Mara Boin Menossi de Araújo
Pesquisadora em estágio pós-doutoral / Universidade Federal de São Carlos

Resumen

Entre el disgusto y el temor a una victoria electoral proveniente de una campaña trazada por la difusión de Fake News, reflexionamos sobre el funcionamiento del discurso cínico en la construcción de la figura política de Jair Bolsonaro, en un orden del discurso en el que se inscriben dadas formulaciones levantadas a un lugar de verdad hegemónica, legitimada por la urgencia (discursiva) de una "nueva política". Este discurso cínico, aunque haya enfrentado un discurso de oposición de fuerte y amplia circulación, llevó a un tipo específico de representante político al puesto de Jefe de Estado porque otorgó a las elecciones un rasgo distintivo de la práctica discursiva de la producción de verdad. Eliminando/negando la historia y monopolizando un poder que engendra un saber disimulado, el discurso cínico forja un efecto de memoria insólita y construye una verdad insular, desconectada de la historia, pero afirmando en su nombre, engendrando un sentido totalitario, sin espacio para ningún otro decir, porque está trazado bajo el paradigma de un discurso pedagógico.

Palabras-clave: elecciones 2018, discurso político, discurso cínico.

Abstract

Between the displeasure and the dread of an electoral victory coming from a campaign traced by the dissemination of Fake News, we put to reflect on the operation of the cynical discourse in the construction of the political figure of Jair Bolsonaro, within an order of discourse in which inscribe certain formulations hoisted to a place of hegemonic truth, legitimized by the (discursive) urgency of a "new politics". This cynical discourse, although it faced a counter-discourse of strong and wide circulation, led a specific type of political representative to the post of Head of State because it gave to the elections a distinctive trait of discursive practice of production of truth. Deleting/denying history and monopolizing a power that engenders dissimulated knowledge, cynical discourse forges an effect of unusual memory and builds an insular truth, disengaged from history, but asserting on its behalf, engendering a totalitarian, without space to other sayings, because it is plotted under the paradigm of a pedagogical discourse.

Keywords: elections 2018, political speech, cynical speech.

Introdução

Este artigo se propõe a observar o funcionamento do discurso cínico na construção da imagem de Jair Bolsonaro enquanto candidato à presidência da república em 2018, o que representou um giro à direita no processo político-eleitoral, a partir da inscrição, em uma ordem do discurso, de formulações que, no limite, flertam com o absurdo e com o bizarro, mas que, em 2018, são alçadas à categoria de verdade soberana e, num processo político polarizado e constituído, em essência, por meio da Web, como um diálogo de surdos, criaram um discurso que entrou na ordem do que pôde ser dito e foi sendo incorporado à fala de uma população que dizia a necessidade de uma “política nova” e que, de certo modo, venceu as eleições.

Nosso material de análise consiste de enunciados proferidos pelo então candidato no programa Roda Viva do dia 30 de julho de 2018, transmitido, simultaneamente, pelo canal de televisão TV Cultura e pelo perfil Roda Viva na plataforma Youtube, e disponibilizado, posteriormente, como arquivo digital no Youtube¹, no perfil do próprio programa, dentre republicações em outros perfis alocados na mesma plataforma.

Entre a decepção e o estarrecimento com os quais nos deparamos frente à obrigação de reconhecer o resultado aparentemente descabido de uma eleição pautada por fake news disparadas via aplicativo de comunicação em dispositivos móveis, surge a necessidade de refletir sobre esse funcionamento discursivo que, ao fim e ao cabo, conduziu um tipo específico de representante político ao cargo de Chefe de Estado, ainda que tenha sido formulado e colocado em circulação um contradiscurso de enfrentamento e de denúncia a esse modo de dizer que, aqui, consideramos parte da construção de um discurso cínico.

Nossa hipótese de trabalho é a de que o discurso cínico imprimiu às eleições de 2018 seu caráter de prática discursiva de produção de verdade, que, por sua vez, alçou ao poder de Estado uma extrema-direita política. Na esteira de reflexões como as de Safatle (2008) e Kehl e Bucci (2005), consideramos o discurso cínico como o sintoma da atualidade e, na passagem para o discurso político, constrói uma prática discursiva que forja um conjunto de verdades estrategicamente desengajadas de história, mas que promovem um efeito de hegemonia de sentidos.

Para empreender nossa escrita neste espaço de construção de conhecimento, procederemos com a definição sobre o que compreendemos por discurso cínico, a partir de leituras contemporâneas sobre a temática dentro dos

estudos discursivos, encampados, sobretudo, por Baldini e Di Nizo (2015) e Cassana (2018). Ainda que nossa leitura alcance outros autores contemporâneos da filosofia e da psicanálise, assim como as noções sobre cinismo e razão cínica de Sloterdijk e Žižek, nosso ponto de partida para a construção deste artigo se dá por meio dos trabalhos de conceituação já trilhados pelos autores do campo do discurso, que inscrevem o discurso cínico como categoria teórica profícua para discutir a temática que nos interessa neste momento. Desse modo, não pretendemos realizar uma incursão extremamente profunda sobre a conceituação do discurso cínico, conformando-nos em referenciar, ao leitor que também se interesse pela temática, os autores já mencionados, com trabalhos mais aprofundados teoricamente. Inicialmente, abordaremos alguns estudos do campo das ciências sociais e das relações internacionais que tratam do giro à direita na política como uma característica contemporânea, com o objetivo de mapear as condições que possibilitaram a emergência histórica de uma prática discursiva cínica no âmbito político para que possamos, minimamente, construir gestos de leitura para compreender os mecanismos de funcionamento do discurso político contemporâneo que nos conduz para um modo específico de fazer política.

Um giro à direita na política contemporânea

A ascensão da extrema-direita tanto no Brasil quanto em outros países do mundo se deu por diferentes fatores. Para a reflexão que empreendemos neste trabalho, buscamos entender quais as condições de emergência permitem que discursos como o cínico possam emergir de modo contundente ao mobilizar uma memória discursiva, como a da Ditadura, por exemplo, que parecia construir sentidos mais intensos de repulsa que de apego, mas que passou a ser entendida também como algo “aceitável” e/ou urgente. Para tanto, tentamos esboçar, em um movimento arqueogenealógico de reflexão, um inventário sobre quais discursos históricos, ideológicos, políticos e econômicos teriam deixado essa lacuna de memória em que se inscreve certo exercício de poder.

Países como o Reino Unido, a França e a Alemanha participaram de um crescimento expressivo eleitoral da extrema-direita. Nessa conjuntura, os ingleses, por exemplo, almejavam deixar a União Européia, a França teve uma candidata de extrema-direita como uma das mais votadas para a eleição presidencial, um marco para o conservadorismo europeu, e a Alemanha testemunhou, pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra Mundial, um

partido de extrema-direita conquistar o direito de ter representantes no parlamento (Poggio, 2017). Ao mesmo tempo, a extrema-direita também cresce com a vitória do republicano Donald Trump nas eleições presidenciais americanas de 2016 que, mesmo com um discurso sexista, xenófobo e belicista, acendeu movimentos semelhantes em outros países do mundo.

O Brasil também presenciou o crescimento da extrema-direita, dentre alguns dos grupos conservadores que se reorganizavam, as chamadas novas direitas. A que teve mais destaque foi a mais antidemocrática, representada pelo deputado Jair Bolsonaro, eleito presidente em 2018. Esse movimento de ascensão da extrema-direita na atualidade é o que buscamos entender, porém, por compreender que seus pontos de emergência são oriundos de diferentes e complexas demandas, tentaremos apresentar algumas questões que possam nos ajudar a entender algumas possibilidades interpretativas de nosso material de análise.

Segundo Solano (2018), alguns fatores incidiram na instabilidade da democracia nacional e favoreceram a organização social e política das direitas brasileiras. Um desses fatores é o impeachment ilegítimo (que compreendemos politicamente como golpe parlamentar) que fragilizou de modo contundente a ordem democrática, desestabilizou institucionalmente o país e também acentuou os processos de decomposição política mais eminentes, fatores que levaram a uma perda de confiança muito rápida nos representantes da sociedade no governo, ainda que a pecha de corrupção sobre os atores políticos seja resíduo de uma memória discursiva cristalizada historicamente que continua ecoando nas práticas discursivas da política (cf. Garcia, 2010). Tudo isso acompanhado por um congresso fragmentado por diferentes e numerosos partidos políticos que desrespeitam visivelmente o processo democrático que outros poucos demonstram ter. Esses fatores, somados, colaboraram para a uma crise política em paralelo com uma crise econômica (altas taxas de desemprego, aumento da precariedade de amplas camadas sociais etc.) e potencializaram a deterioração do tecido social.

Por outro lado, os cidadãos se depararam com um judiciário que extrapolou suas funções ao judicializar a política e promover um espetáculo pela luta moralista, populista e punitiva contra a corrupção, o que também tornou-se um fator de risco para a democracia. Nas palavras de Solano (2018, p. 5), “Do Mensalão à Lava Jato, o *show-business*, audiência, ibope agora são elementos desta justiça do espetáculo, na qual a atividade processual é cada vez mais midiática e certos juízes assemelham-se mais a pop stars”. Assim, o político corrupto é o mal e o juiz representa o povo, criando uma visão dualista

e pseudo-religiosa da realidade, de modo que o mal deva ser extirpado, assim, o julgamento seria mero trâmite.

Essa questão importante está relacionada a uma imprensa que detém o poder de disseminação de informações de maneira rápida e incisiva e que se comporta mais como um discurso panfletário do que um noticiário (Solano, 2018). Poggio (2017) afirma que o amplo acesso às redes sociais, as novas formas de produção e consumo de ideias fizeram com que algumas informações pudessem circular sem que fossem bloqueadas ou verificadas. Nas redes sociais, observamos os sujeitos internautas manifestando-se como especialistas sobre políticas e, nessa manifestação, atestavam e, muitas vezes, ajudavam a disseminar uma das armas usadas pela extrema-direita para sua sedimentação, as chamadas Fake News.

A ascensão das camadas populares, em especial durante o governo Lula, oriunda de uma reconfiguração social no Brasil em consequência da inclusão social, da diminuição da miséria, do aumento das taxas de emprego, a criação de uma nova classe consumidora assim como a modificação das regiões de periferia das cidades são elementos importantes para se pensar no comportamento social do Brasil nos últimos anos. Nesse caminho, uma parte da elite, em especial, a tradicional classe média, entendeu que seus privilégios estariam ameaçados com a ascensão das camadas populares (Solano, 2018). Em entrevista, o professor Tales Ab'Saber (2018) afirma que o Brasil é um dos únicos países do mundo industrializado, com economia relevante, que despreza e tem uma cisão completa com a vida popular. É possível notar que essa dinâmica perversa não existe em nenhum outro país do mundo, ou seja, o povo é inimigo da nação. Segundo o professor (Ab'Saber, 2018), o pensamento conservador origina esse posicionamento que entende que a vida do trabalhador não pertence ao país, assim, nos deparamos com uma classe média que não se vê como popular. Sob uma visada psíquica, a classe média entende que os outros são os miseráveis, ela repulsa e expulsa a ideia de que o poder pode colocar a sua posição de classe média em risco, e entende que o risco está somente no outro das camadas mais pobres que seriam inimigas do povo; contudo, em outros países, entende-se que são os ricos que colocam em risco o povo, pois controlam a vida da maioria. Já no Brasil, a classe média trabalhadora e desprovida de grandes poderes é opositora dos mais pobres, trata-se de uma dinâmica impiedosa de que alguns que não são ricos, mas imaginam que o sejam porque ocupam uma posição simbólica associada à do senhor de escravos. Ao mesmo tempo, e talvez produto desses artefatos, cresce, então, uma raiva antipetista (Solano, 2018) que reordena a sociedade, criando

um afastamento da representatividade que o Partido dos Trabalhadores teria conquistado, mas, agora, foi dissolvida por essa classe média que se distancia desse lugar de povo.

As igrejas evangélicas também podem ser vistas como um importante ator social e político que adentrou as camadas mais periféricas da sociedade e colabora para uma nova articulação social. Algumas delas são propagadoras de valores capitalistas e meritocratas, ademais, dificultam, com a bancada evangélica no Congresso, a viabilidade de pautas mais progressistas. Outro ponto importante a ser considerado é que os governos petistas enfrentaram problemas com a segurança pública, problemas esses, como a intervenção militar do Rio de Janeiro, que deixaram brechas para que a direita assumisse um estado policalesco com a militarização da segurança pública (Solano, 2018).

Parece bastante claro, nesse caminho, que a extrema-direita consegue espaço a partir das primeiras manifestações a favor do Golpe², campo fértil para os grupos de direita que levantam uma bandeira contra a corrupção, construída discursivamente como de exclusividade petista, que cria um movimento populista de direita e se coloca como alternativa política para combater a corrupção e, portanto, o PT (Solano, 2018). De 2015 a 2017, assistimos o crescimento de discursos populistas de direita do Movimento Brasil Livre, do movimento Vem pra Rua e, em especial, do deputado Jair Bolsonaro que calcava suas falas na ideia de que o PT seria o partido mais corrupto no Brasil, de modo a discursivizar, a partir de uma Formação Discursiva moralista, contra a esquerda e o PT.

Todos esses fatores elencados acima não excluem que seria preciso discutir com profundidade histórica e ideológica questões estruturais para a disseminação de ideias de matriz neoliberal e neoconservadora. Todavia, o que objetivamos foi elencar alguns agentes dessa lacuna que cria condições de emergência para o que chamamos de “giro” por uma direita que tomou as mídias digitais para atingir um eleitorado que se ligou menos aos partidos e mais à internet – já que ali ele podia falar sobre política, opinar e tornar-se um suposto conhecedor de política e de outros temas – que promoveu um novo comportamento político, impactando radicalmente a democracia ao gerar boatos virtuais associados à utilização de Big Datas³ como aliados no modo de influenciar as preferências políticas dos sujeitos.

Assim, a partir da crise econômica, política e de outros fatores citados anteriormente, é que a extrema-direita, na figura do combatente Jair Bolsonaro, constrói um inimigo que deve ser combatido (a corrupção, a esquerda, o Partido

dos Trabalhadores e seus representantes) utilizando o medo como ferramenta mobilizadora (Solano, 2018). Por isso, o candidato assume o discurso da família tradicional (ordem, hierarquia, moral) em contraponto a uma suposta libertinagem vigente originária de uma esquerda tradicional. Esse posicionamento mais extremista que se utiliza de uma escolha lexical mais ligada ao conservadorismo e ao radicalismo, como veremos nas análises, caracteriza um afastamento das regras democráticas. Concomitantemente, os eleitores que aderiram a esse discurso são aqueles que apresentam um desconforto extremo com a modernidade e as mudanças que ela implica.

Segundo Poggio (2017), esses grupos de eleitores veem, no aparato estatal, uma forma de reação almejando voltar a um passado nostálgico pelo uso da força, fato que caracteriza aspectos que distinguem o posicionamento da direita bolsonarista das demais, ou seja, ela combina autoritarismo com nativismo, isto é, a ideia de que os interesses dos cidadãos naturais de um país devem ter mais privilégios que os demais, pensamento totalmente antidemocrático. Cabe salientar que esses grupos nomeados diferentemente como: onda neoconservadora, nova direita, são populismos heterogêneos, podem diferenciar-se em diversos aspectos, contudo, apresentam em comum o discurso antipetista, contra a esquerda, o discurso contra a corrupção e o mal.

O discurso cínico na construção de um mito político.

Nossa incursão pelas reflexões sobre o discurso cínico se marca a partir das leituras de Baldini (2009), Baldini e Di Nizo (2015) e Cassana (2018), que, por sua vez, pontuam seus postulados na conceituação de Sloterdijk ([1983] 2012) e Žižek (1992, 2010) sobre a “razão cínica”, que nos parece poder ser compreendida como um **discernimento (dis)simulado** fruto de um processo de formação social capitalista que é forjado na atualidade. Desse modo, trata-se de um exercício de reflexão ainda inicial sobre a temática, visto que nos parece bastante profícua como categoria de análise dentro dos estudos do discurso. Partimos da hipótese de que o tom da construção dos efeitos de verdade que se observam numa polarização política tal qual a que se instala no Brasil⁴ dos últimos anos se pauta no funcionamento de um discurso cínico, que traz à tona um posicionamento discursivo benéfico, de modo particular, ao próprio sujeito social, revestido de uma estratégia linguística que simula a emergência de uma universalidade ideológica, e inscrito em práticas discursivas que legitimam o discurso político e o sujeito discursivo.

Para Cassana (2018, p. 149),

O discurso cínico é a manutenção dos saberes sem consistência histórica mesmo sabendo dos efeitos de sentido que tais saberes podem produzir. No discurso cínico, há uma reiteração dos saberes da ordem da particularidade, há uma repetição do mesmo, que instaura um movimento parafrástico de conservação do cinismo. Podemos pensar essa proposta como a repetição que ocorre no discurso, em que o universal se refaz, (re)determinando o discurso.

Articulando essa noção a nossas reflexões discursivas que se apoiam em postulados foucaultianos, entendemos que a emergência desse discurso cínico obedece a um funcionamento inscrito nas relações de poder/saber, em que há sempre uma tensão entre os saberes que promove certas rupturas e transformações do saber e move as relações de poder. Essas relações de poder, agenciadas discursivamente, suscitam uma aparente autonomia/soberania de certos saberes dentro de uma ordem do que pode ou não ser dito produzida por procedimentos de coerção e controle discursivos.

Compreender o funcionamento do discurso a partir dessa concepção de relações de poder e da ordem do dizer, convoca-nos a pensar que, se o que não pode ou não deve ser dito/pensado dentro desse mecanismo de controle estaria na ordem do absurdo/bizarro, o discurso cínico desloca essa concepção de ordem a partir do momento em que se inscreve nas condições de emergência como algo que integra essa ordem do que pode ser dito. Por meio de um funcionamento de apagamento histórico e monopolização de um poder que engendra um saber dissimulado, o discurso cínico reproduz infinitamente certos enunciados que forjam um efeito de memória residual, porque instauram elementos linguísticos/discursivos em um novo domínio de memória, que passa a ser espaço de recorrência das formulações, de repetição infinita de enunciados que negam uma história.

Trata-se, então, de uma prática discursiva que engendra um saber tortuoso, e entra na ordem do discurso no limite entre o que pode/deve e o que não pode/deve ser dito, construindo um efeito de memória a partir de uma fragmentação da história, de um caco do passado (cf. Courtine, 1999). O que quase foge à ordem porque beira o absurdo, (re)insere-se, despidoradamente, na mesma ordem, pela via de uma prática discursiva conservadora, que se forja pelo paradigma de um discurso pedagógico. Para Cassana (2018, p. 149), “não há necessidade de comprometer-se histórica e socialmente com o que está sendo dito”. Para nós, trata-se de um efeito de memória perverso.

Sua perversidade reside, sobretudo, num modo de apagamento histórico que se dá concomitantemente à própria negação histórica, que opera um deslocamento do campo da luta discursiva: é como se a prática se descolasse do âmbito argumentativo e se alçasse a uma posição que encerrasse a disputa por

sentidos outros dentro de um espaço de circulação discursiva. Desse modo, ele parece escapar ao contra-argumento, e instaura-se um efeito de verdade hegemônica, que o alça a um espaço de supremacia do(s) sentido(s).

Baldini (2009) vê o cinismo, enquanto a “razão cínica” de que fala Sloterdijk, como a forma contemporânea da estruturação social e subjetiva, na esteira de reflexões teóricas como as de Safatle (2008) e Kehl e Bucci (2005), que propõem um olhar para o cinismo enquanto base da organização dos processos de socialização atuais, que se transformam em práticas perversas de subjetividade, não no sentido de que os sujeitos se tornam perversos, mas no sentido de que a prática perversa está, justamente, na prática do que chamamos discernimento (dis)simulado, porque inscreve um “modo cínico de relação com o saber, em que o sujeito não se filia diretamente, nem se desfilia, mas permanece no horizonte de uma tomada de posição desengajada” (Baldini, 2009, p. 7), mas que produz sentido(s) de verdade soberana e constrói um novo efeito de memória: a memória do estilhaço. Buscaremos evidenciar melhor o funcionamento do discurso cínico ao analisar a materialidade de nosso objeto de estudo.

Quando fala o mito: o discurso cínico de Jair Bolsonaro como candidato à presidência.

O programa Roda Viva, apresentado pela TV Cultura, é o programa mais antigo de entrevistas e debates da televisão no Brasil. No ar desde setembro de 1986, traz ao centro de sua “roda” personalidades que são entrevistadas por jornalistas de destaque na mídia brasileira e certos especialistas para cada temática de entrevista. Entre os meses de abril e junho de 2018, o programa começa uma série de entrevistas com os então pré-candidatos à presidência do país. A primeira entrevistada, no dia 30 de abril, foi a pré-candidata Marina Silva e o último candidato entrevistado, no dia 30 de julho, foi o atual presidente eleito, Jair Bolsonaro, então candidato pelo partido PSL.

Em trabalhos anteriores (Manzano, 2014; Garcia, 2010), foram levantados dados que demonstraram a intensidade da circulação do discurso político pela televisão. Neste momento das reflexões sobre o funcionamento do discurso político, podemos observar que a televisão continua sendo um suporte a partir do qual a intensidade de circulação do discurso político é inegável, porém, a circulação, atualmente, se intensifica ainda mais por conta da disponibilização, na Web, do material configurado, originalmente, para a

transmissão televisiva. Essa disponibilização amplia o poder de circulação do discurso político porque, ao ser gravado e passível de ser visto inúmeras vezes gratuitamente por plataformas como o YouTube, pelo próprio canal que transmite originalmente o programa (por meio de um usuário de nome Roda Vida), reproduz a simulação de uma realidade em curso (cf. Manzano, 2014) e a ilusão de uma transparência e autenticidade, ao mesmo tempo em que dá o tom, pelo momento histórico em que é inserido na *rede*, do embate político-eleitoral que se consolida com a transmissão posterior do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. Trata-se da criação da arena de luta em que se desdobrá a performance dos candidatos durante o período mais intenso de luta eleitoral na televisão, e que, em 2018, se limitou ao tempo de propaganda eleitoral televisiva no horário nobre da televisão brasileira, visto que não houve debate entre os candidatos que avançaram para o segundo turno.

Em um primeiro gesto de leitura, é possível observar que a construção do discurso cínico começa a ganhar corpo, a princípio, pelo próprio modo de organização de espaço de fala para os pré-candidatos: Jair Bolsonaro foi o último candidato entrevistado. Nos programas anteriores ao do dia 30 de julho, alguns pré-candidatos entrevistados criticaram aberta e diretamente o posicionamento polêmico do (enfim, eleito) presidente por seus enunciados considerados disparatados, criando uma espécie de atmosfera de indignação à qual se esperavam respostas do então candidato. Quando, enfim, ele toma seu espaço de fala, ignora categoricamente as falas construídas anteriormente à sua, apagando, estrategicamente, um domínio de memória inscrito nos enunciados ditos, deixando no vazio o contradiscurso gestado sócio-historicamente que produziu sentidos outros para um embate que não aconteceu efetivamente, ou do qual ele se absteve por um posicionamento discursivo desengajado.

Vejamos os enunciados coletados para nossa análise, transcritos da entrevista do dia 03 de julho de 2018:

(1) Enunciado 1 (2:32 - 3:31, grifos nossos)

Ricardo Lessa (apresentador do programa) - Boa noite, deputado, muito obrigado por ter aceito nosso convite. A primeira pergunta que eu costumo fazer a todos os pré-candidatos, e agora, o senhor é candidato, que estiveram aqui, é saber **qual a obra e qual a realização** que o senhor gostaria de **ser lembrado na história**, se eleito, como uma marca sua, ligado ao seu nome?

Jair Bolsonaro (candidato): Um redirecionamento do Brasil no tocante a sua política, **nós cansamos da esquerda**, queremos um Brasil liberal, que faça comércio com o mundo todo **sem o viés ideológico**, que respeite a família, também as crianças em sala de aula,

que jogue pesado na questão da segurança pública pra você exatamente proporcionar paz a todos, que você realmente implemente políticas que tire o Brasil dessa atual situação em que se encontra, **valorize o homem do campo, jogue pesado contra o MST** e que tenha se aprofunde o seu comércio, em especial, com países melhores do que nós, esse é nosso sonho, é nossa vontade nessa batalha inicialmente.

Ainda que haja diversos indícios, nessa materialidade, do modo como funciona o discurso cínico, segundo o que compreendemos como tal, nosso olhar se volta a alguns grifos pelo gesto de leitura que eles convocam. Sem a pretensão de realizar uma análise extensa, nosso intuito é que, a partir dessas observações analíticas, possamos problematizar, de modo inicial, essa temática, para que outros trabalhos sigam nos dando as mãos em busca de uma cartografia da atualidade no que tange à prática discursiva no campo político eleitoral.

Na formulação do Enunciado 1, pode-se observar a expressão “nós cansamos da esquerda” em que o pronome sujeito tem um efeito inclusivo ambivalente: inclui o enunciador, ao mesmo tempo em que simula um “eu” em oposição a um “outro”, e o inscreve como porta-voz de uma classe política/social que pode ser compreendida como “a direita”, em oposição à “esquerda”. Porém, à esquerda é impingido um “viés ideológico” negado à direita, o que leva o sentido a outro espaço de significação, pois, afirmando que só um dos lados da oposição é ideológico, coloca a ideologia como o perigo de que se deve afastar e, dado que a esquerda é ideológica e a direita não o é (aqui incide o cinismo, como negação da ideologia que o constitui), é preciso livrar-se, de fato, da ideologia. Ainda que não se possa inferir quem ou o que é a esquerda ou a direita por conta do desengajamento histórico do enunciador, o estilhaço de história pelo qual se promove o efeito de memória reside na construção icônica sobre a sigla PT enquanto metáfora da esquerda política no Brasil, cuja representatividade se constrói pela imagem de Lula. Assim, “cansamos da esquerda” assume um funcionamento parafrástico com “cansamos do PT” e “cansamos de Lula”.

Observando a construção da estrutura enunciativa “[queremos um Brasil que] valorize o homem do campo, jogue pesado contra o MST”, verificamos que o mesmo indício que parece inscrever a afirmação no campo da contradição, dado que a emergência do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra se dá, em essência, por homens do campo - o que pareceria descabido, já que, ao mesmo tempo, há proteção ao homem do campo e não há proteção aos homens do campo - é o indício que faz funcionar o discurso cínico, porque humaniza o indivíduo e criminaliza a sigla, pela repetição entre o “jogar pesado” na segurança pública e “jogar pesado contra o MST”, que, no

limite, (re)atualiza a máxima “bandido bom é bandido morto”. Apaga, de um lado, o traço coletivo que faria emergir sob o sintagma “homem do campo” a classe ruralista, composta pelos proprietários rurais, e de outro, o traço singular que faria emergir sob a sigla MST o trabalhador rural, deslegitimando, por uma estratégia (dis)simulada no fio do discurso, um certo homem do campo em oposição a outro.

(2) Enunciado 2 (19:30 - 22: 18, grifos nossos)

Leonêncio Nossa (jornalista O Estado de São Paulo): Deputado, é, voltando aí, boa noite, primeiramente, voltando à questão da ditadura, tivemos na presidência da república nesse período democrático um homem que passou pelo exílio, o outro foi preso político e teve até uma senhora oriunda da alta armada, o senhor fala com muita desenvoltura sobre esse período e já rendeu homenagens a agentes da repressão, então **o senhor vai ter peito pra abrir os arquivos e permitir que a sociedade tenha acesso aos arquivos da ditadura?**

Jair Bolsonaro: **Primeira coisa, essa senhora é Dilma Rousseff, não é isso?**

Leonêncio Nossa: Sim.

Jair Bolsonaro: **Onde ela esteve na semana retrasada?** Representando Folha de São Paulo em Cuba, na democracia Cubana. **Vocês acham que essa senhora lutou por democracia?**

Leonêncio Nossa: Mas o senhor vai abrir os arquivos pra gente saber? [pergunta enquanto Bolsonaro fala]

Jair Bolsonaro: **Pera um pouquinho, o primeiro marido dela**, tá, Cláudio Galeno, tá vivo ainda, mora no México, ele sequestrou um avião com 96 a bordo e foi pra qual país democrático? Foi pra Cuba. **O segundo marido dela** acabou de morrer, morreu há pouco tempo, Carlos Araújo, ele contou tranquilamente num programa de televisão que durante a lua de mel com Dilma Rousseff **fazia o que pra estimular o seu relacionamento** com toda certeza, expropriava bancos, roubava armas em quartéis e roubava caminhões de carga na baixada Fluminense, tá a herança dela aí. Hoje em dia, os caminhoneiros, **os transportadores arcam com o prejuízo de um bilhão e meio de reais por ano fruto de roubo de carga no Brasil**, você acha, com todo respeito, prezado jornalista, que esse tipo de gente lutou por democracia? Você acha isso? **Quando Fidel Castro morreu tava lá chorando aos prantos no túmulo daquele, daquele homem que matou tanta gente, você acha que eles lutaram por democracia de verdade?**

Leonêncio Nossa: Então, se eleito, o senhor vai abrir os arquivos pra gente saber dessa história?

Jair Bolsonaro: **Tem mais arquivo nenhum, tá?**

Leonêncio Nossa: Tem sim, os centros de inteligência guardam os arquivos.

Jair Bolsonaro: Desconheço, **a lei da anistia sepultou isso daí e a esquerda**, o PCdoB vai abrir seus arquivos também?

Leonêncio Nossa: Então, o senhor vai ter a mesma postura da Dilma Rousseff? O senhor vai ter a mesma postura dela de manter os arquivos fechados então...?

Jair Bolsonaro: **É uma ferida que tem que ser cicatrizada...**

Leonêncio Nossa: Sem a sociedade saber do seu passado?

Jair Bolsonaro: **Esquece isso aí! É daqui pra frente**, o povo tá sofrendo com 14 milhões de desempregados, com 60 mil mortos por ano, violenta, com 5 mil mulheres estupradas, **é daqui pra frente**, vamos tocar esse barco **pra frente**. Eu tenho falado, se eu chegar lá **é daqui pra frente**, se eu chegar lá, o passado é a justiça, é a história, os historiadores. Agora você acredita numa Comissão Nacional da Verdade onde a senhora Dilma Rousseff indicou os sete integrantes da mesa, todos. Inclusive o senhor Pedro Dalari, foi o último, né? Presidente da Comissão...

Leonêncio Nossa: Mas, o senhor tá fugindo da pergunta, eu to perguntando se o senhor vai abrir os arquivos...

Jair Bolsonaro: **É daqui pra frente, não temos nada a esconder**, tá certo?

Leonêncio Nossa: Se não tivesse, abriria...

Jair Bolsonaro: **Eu desconheço esses arquivos, esse papéis já foram**, com toda certeza já sumiram... não tá guardado por aí não...

Podemos refletir sobre o trecho acima em dois momentos distintos. O primeiro diz respeito à resposta que Jair Bolsonaro dá para o jornalista, ou seja, ele responde primeiro com uma pergunta: **Primeira coisa, essa senhora é Dilma Rousseff, não é isso?** Pergunta retórica, já que a única senhora que esteve na presidência foi Dilma Rousseff, inquisição que interrompe, promove uma cisão e (re)conduz o sentido sobre o tema abordado: o jornalista o questiona sobre a abertura dos arquivos da Ditadura e o deputado insere uma pergunta sobre quem seria a mulher a quem o jornalista teria feito menção no início de sua fala, enunciado que permite a introdução do discurso cínico, pois desloca a pergunta do jornalista que, mais uma vez, interroga sobre os arquivos e o deputado, então, constrói uma sequência de enunciados com o objetivo de deslegitimar a imagem histórica de Dilma como cidadã que lutou pelos brasileiros na Ditadura, tal qual a cadeia de sintagmas formulada pelo jornalista ([passou pelo

exílio] + [preso político] + [oriunda da alta armada] = resistência à ditadura) inscreve a qualificação de chefes de Estado no período democrático. Para tanto, ele se volta à representante feminina dentre os chefes de Estado, apagando a associação com o tema da questão e trazendo-a como sujeito de expiação, aquela que, sendo mulher, deveria dar explicações por seus atos: **Onde ela esteve na semana retrasada?** referindo-se a Cuba como a ditadura à qual ela responde, mas também traz à tona o masculino que sujeita o feminino em uma sociedade patriarcal, seus ex-maridos (em destaque no recorte) e, de modo perverso, faz menção ao relacionamento sexual entre eles, desconstruindo e apagando a legitimidade política da figura feminina de Dilma, pois mobiliza o imaginário de que ela não era capaz de ser realizada sexualmente com o marido sem um certo tipo de estímulo: **fazia o que pra estimular o seu relacionamento.**

Após essa reação à questão inicial, a temática dos arquivos da Ditadura é retomada pelo jornalista e o deputado, então, profere uma sequência enunciativa que se inicia com: **Tem mais arquivo nenhum**, tá; enunciado que segrega possibilidades interpretativas e conduzem a apenas um sentido, o de que esses arquivos não existem e de que, portanto, a questão não faz sentido. Inscrevendo a questão no campo do não sentido, ela é estilhaçada. Tal ideia é repetida de modo diverso nas falas que seguem: **a lei da anistia sepultou isso daí; É uma ferida que tem que ser cicatrizada, não temos nada a esconder, Eu desconheço esses arquivos, esse papéis já foram.** Cada um dos recortes tem um efeito que quase foge à ordem do discurso, não há uma resposta direta, sim ou não, mas a recusa da própria pergunta como se os arquivos não existissem, quando fogem à ordem do discurso e beiram o absurdo ao se ligar a uma prática discursiva conservadora e também produzir um efeito de memória perverso, apagando toda a história da tortura em nome da Ditadura e dos desaparecimentos de presos políticos nunca encontrados em formulações que descartam a própria essência da questão do jornalista. Isto porque a perversidade encontra-se nesse apagamento de um momento histórico importante: **Esquece isso aí!** que, ao mesmo tempo, se dá pela negação da história, o que nos permite afirmar que o discurso cínico emerge no deslocamento do campo de luta discursiva quando a prática se descola das questões argumentativas e busca aderir a sentidos outros na circulação discursiva, assim a prática discursiva instaura nesse enunciado um efeito de hegemonia sobre o que se afirma, porque direciona o sentido a uma posição totalitária.

(3) Enunciado 3 (25:27 - 27:39, grifos nossos)

Frei Davi (coordenador da organização não governamental Educafro): Candidato, pesquisas das universidades revelam que os cotistas brancos, negros e indígenas estão com notas iguais ou superiores aos da classe média que não usou a cota. Candidato, caso eleito como o senhor pensa em otimizar essa fantástica política de ação afirmativa no Brasil?

Jair Bolsonaro: É fantástica pra ele, pra mim não, eu até perguntaria se eu pudesse perguntar pra ele, a minha filha, **é justo entrar na faculdade por cotas?** Eu acho que não, né? Mas, o meu sogro é o Paulo Negrão. Eu estava na Paraíba com o Julian Lemos, nós acompanhamos aqui e essa questão foi debatida lá numa palestra e eu falei o seguinte: imagine dois homens, país, um afrodescendente e um paraibano, um trabalho humilde, ambos trabalham num pelotis de um prédio, são porteiros e os filhos deles prestam concurso. O filho do paraibano tira nove e não entra na universidade o do afrodescendente tira 5 e entra, isso é justo? Será que Paraibano não é sofrido também, vamos querer inventar cota pra nordestinos? **Isso é questão de mérito, competência**, se eles podem ser tão bons no ensino superior, que acreditam que sejam bons, porque que não estudam no ensino básico aqui atrás para que tenham melhor base e sigam carreira numa situação de igualdade, **porque essa política de dividir o Brasil de brancos e negros, homens e mulheres, nordestinos e sulistas?**

Maria Cristina Fernandes (colunista do jornal Valor Econômico): O que o senhor propõe pra resgatar a dívida escravidão deputado?

Jair Bolsonaro: **Mas, que dívida, eu nunca escravizei ninguém na minha vida, que dívida é essa?**

Maria Cristina Fernandes: O senhor não, mas o país escravizou...

Bolsonaro: Olha só, olha só... **Se for ver a história realmente, o português nem pisava na África, os próprios negros que entregavam os escravos.**

Jornalista Ricardo Lessa interrompe a fala: **Deputado, pelo amor de Deus (risos)**

Jair Bolsonaro: Quem perdia a guerra, quem perdia a guerra?

Ricardo Lessa: Os portugueses faziam o tráfico.

Jair Bolsonaro: Faziam o tráfico, não caçavam os negros na costa...

Ricardo Lessa: Mas eles pagavam, pagavam pra isso...

Jair Bolsonaro: **Que dívida é essa?**

Ricardo Lessa: É uma dívida histórica...

Jair Bolsonaro: Eu acho que misturado no Brasil, né?

Ricardo Lessa: Os Estados Unidos, pagou essa dívida, vem pagando...

Jair Bolsonaro: **Mas que dívida é essa, Meus Deus do Céu?**

Nesse recorte, talvez possamos observar com mais nitidez o funcionamento discursivo cínico que vimos desenvolvendo neste exercício de escrita. O primeiro indício cínico se constrói, novamente, com a inserção de uma pergunta de aparência e efeito de retórica, cujo tema está inscrito historicamente em uma luta entre Formações Discursivas antagônicas desde a implementação da política pública por um governo mais alinhado às lutas por direitos populares. Ao parecer promover uma reflexão sobre a temática, essa pergunta retórica, na verdade (e conforme vimos no recorte anterior), inicia o processo de torção e (dis)simulação enunciativa, que se intensifica com a menção a uma política que “divide” o Brasil, em “**porque essa política de dividir o Brasil de brancos e negros, homens e mulheres, nordestinos e sulistas?**” negando, justamente, a concepção de base da política de cotas no Brasil, assim como a base das políticas públicas, que visa diminuir a cisão entre as classes sociais. Novamente, o efeito perverso do discurso cínico se impõe por meio de uma formulação que afirma enunciativamente o que nega historicamente e (dis)simula um saber, pois nega a história que inscreve (e da qual resulta) a assimetria social do mundo capitalista.

O movimento de torção cínica alcança seu ápice na formulação “**que dívida é essa[?]**”, inserida repetidamente em três momentos de ruptura que esfacelam a questão à qual o sujeito discursivo estaria incitado a (cor)responder, por ter sido inscrito em uma ordem do discurso que regeria o poder/dever dizer, seguida de afirmações que repudiam uma história e, insolitamente, constroem um efeito de eximção frente a ela, quase como um “acerto de contas”: “**eu nunca escravizei ninguém na minha vida**” e “**Se for ver a história realmente, o português nem pisava na África, os próprios negros que entregavam os escravos**”. Num funcionamento que extrapola as fronteiras entre as Formações Discursivas e flerta com a barbárie, o discurso cínico se desloca do embate argumentativo e se alça a uma superfície totalitária do sentido: o contra-argumento que se constrói não o alcança: “**deputado, pelo amor de Deus**”, seguido de riso.

Considerações finais

Ainda que, até aqui, por questões que se inscrevem nos limites do gênero artigo científico, contentemo-nos em ter esboçado uma problematização e uma análise sobre o que pudemos compreender como discurso cínico, sem comprovar totalmente nossa hipótese inicial, mas caminhando para tanto e abrindo a possibilidade de se investigar mais profundamente essa temática em trabalhos futuros, foi possível perceber, de modo inicial, uma racionalidade violenta do discurso cínico, que inscreve a política no campo individual, moralista e meritocrático, e que sustenta a construção discursiva do “homem de bem”, a partir da construção (dis)simulada do bem *versus* o mal por um efeito de memória perverso, em que o bem serve ao *ego* e o mal é integrante do outro, que deve ser exterminado.

Apagando/negando a história e monopolizando um poder que engendra um saber dissimulado, o discurso cínico forja um efeito de memória insólita e constrói uma verdade insular, desengajada de história, mas que afirma em nome dela, engendrando um sentido totalitário, rasteiro e cruel, sem espaço para o dizer outro, porque se trama sob o paradigma de um discurso pedagógico.

Sob uma (des)ordem discursiva, o sujeito-político constrói seu dizer como eco de uma classe social, e o discurso cínico se sedimenta em um momento histórico em que o eleitor que não se vê representado busca agir pelas próprias mãos, porque também se vê diante de um cenário no qual alguns partidos são mais decorativos do que engajados. Assim, afirmar que é preciso combater a ideologia é um enunciado que “cola”, justamente porque é destituída de sua inscrição histórica e revestida de um apelo ao medo, ao perigo, impingido ao outro, em forma de sigla partidária: o PT. O que encontramos são lacunas nessa busca pela democracia que, a priori, acreditava-se haver sido conquistada.

Perversidade que funciona na negação histórica e, ao descolar-se do âmbito argumentativo e se alçar a um espaço totalitário do sentido, revela que, ainda que haja indícios de atravessamentos entre as formações discursivas, há, também, um abismo, quase como um fosso, que se instala nas fissuras de uma democracia em frangalhos, à qual tentamos remanescer.

Notas

¹ O arquivo está disponível no endereço:

<<https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0&t=13s>>.

² A opção em manter o vocábulo com inicial maiúscula busca inscrever, historicamente, o impeachment de Dilma como ponto nodal de ampliação das manifestações de direita no Brasil.

³ Ainda que não nos debruçemos analiticamente sobre esses boatos virtuais associados à utilização de Big Datas, cremos que seria profícuo observar esta estratégia discursiva também a partir do funcionamento do discurso cínico.

⁴ Não só no Brasil, mas, talvez, em todo a sociedade ocidental. Visto que nosso interesse se dá a partir da observação de materialidade produzida no Brasil, optamos por regionalizar a hipótese.

Referências

- Ab'Saber, T (2018).** *Entrevista para Globo News.* Aqui no Brasil a Classe Média Inimiga do Povo. Exibida: 29 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tMAvaDia_HA&t=1s>. Acesso em 25 de abril de 2019.
- Baldini, L.J.S. (2009).** Cinismo, discurso e ideologia. *Anais do IV SEAD*, p. 1 - 8. Porto Alegre: UFRGS.
- Baldini, L.J.S. y Di Nizo, P.L. (2015)** O cinismo como prática ideológica. *Estudos da Lingua(gem)*. vol. 13, n. 2, p. 131 - 158. Vitória da Conquista: UESB.
- Cassana, M.F. (2018).** Eles não sabem o que fazem?: o discurso cínico e ideologia de gênero. *Revista Investigações*. vol. 31, n. 2, p. 145 - 163. Recife: UFPE.
- Courtine, J.-J. (1999).** O chapéu de Clementis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Tradução de Rodrigues, M.R. In: **Indursky, F. y Ferreira, C.L. (Org.).** *Os múltiplos territórios da Análise de Discurso*. p. 15-22. Porto Alegre: Sagra Luzzatto.
- Garcia, L.C.G. (2010).** *O discurso político eleitoral contra a corrupção no HGPE/2006: memória e construção de identidade.* 178 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Kehl, M.R. y Bucci, E. (2005).** *Videologias.* São Paulo: Boitempo.
- Manzano, L.C.G. (2014).** A ordem do olhar: sentidos da imagem no discurso político televisivo brasileiro. 216 f. Tese (Doutorado em Linguística) –

Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Poggio, C. (2017). Por que a extrema direita cresce no mundo, segundo este estudioso. Entrevista. *Nexo Jornal*, 20 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/09/29/Por-que-a-extrema-direita-cresce-no-mundo-segundo-este-estudioso>> Acesso em 25 de abril de 2019.

Roda Viva. (2018). Programa de entrevista com o candidato Jair Bolsonaro. Exibido em: 30 de julho de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0&t=13s>> . Acesso em 25 de abril de 2019.

Safatle, V. (2008). *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo.

Solano, E. (2018). Crise da Democracia e extremismos de direita. *Revista Análise*. p. 3- 29. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) No. 42.

Sloterdijk, P. (2012). *Crítica da razão cínica*. São Paulo: Estação Liberdade.

Žižek, S. (1992). *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. São Paulo: Zahar.

Žižek, S. (2010). Como Marx inventou o sintoma. In: **Žižek, S.** *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Notas biográficas

	<p>Luciana Carmona Garcia Manzano é professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Franca. É mestre e doutora em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos. Atua na área do Discurso, com pesquisas sobre o discurso político, gênero e minorias. É líder do GTEDI – Grupo de Estudos do Texto e do Discurso (CNPq). É organizadora dos livros “Discurso: sentidos e ação” (2015) e “As crises na/da contemporaneidade: análises discursivas” (2017). E-mail: lgmanzano@gmail.com</p>
	<p>Lígia Mara Boin Menossi de Araújo é pesquisadora em estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e bolsista Capes. É mestre e doutora em Linguística também pelo PPGL UFSCar. É editora de seção da Linguagem Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem. Atua na área do discurso com pesquisas sobre o discurso político, humorístico e multimodal. Em 2019, organizou a obra: “Das condições de enunciabilidade no discurso científico: o caso dos estereótipos” E-mail: ligiamenossi@gmail.com</p>